



III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUESTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



Sessão Temática 2: Dinâmicas demográficas, governança e patrimônio territorial

DIFERENÇAS REGIONAIS NO BRASIL E A NECESSIDADE DO “PENSAR TERRITORIALMENTE”

REGIONAL DIFFERENCES IN BRAZIL AND THE NEED TO “THINK TERRITORIALLY”

DIFERENCIAS REGIONALES EN BRASIL Y LA NECESIDAD DE “PENSAR TERRITORIALMENTE”

Ariana Cericatto da Silva¹, Francisco Dietima da Silva Bezerra²

¹ Doutora em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora na Univel Centro Universitário.

² Doutor em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor do Instituto Federal do Acre (IFAC).

RESUMO

A teoria do desenvolvimento endógeno pressupõe o protagonismo dos atores locais, interagindo em laços de cooperação territorial. Em outras palavras, a ideia que ganha impulso nas esferas acadêmica e política é a de que as diversidades e peculiaridades da localidade devem ser amplamente consideradas e discutidas no processo de implementação de políticas, e que os atores sociais locais desempenham papel fundamental na elaboração de ações efetivas, já que esses são os maiores conhecedores de suas problemáticas e realidade territorial. Essa percepção contrasta fortemente com o pensamento linear fundamentado na centralização das decisões políticas, o qual trata as diversas realidades territoriais com dinâmicas homogêneas. Diante dessa dualidade de percepções, o objetivo do presente trabalho é mostrar que as regiões brasileiras, de fato, apresentam traços socioeconômicos distintos que, em muito, se distanciam de um território homogêneo e único. Isso pressupõe, portanto, a combinação de políticas públicas mais gerais com ações mais específicas e localizadas, a fim de contemplar as diversas dinâmicas e realidades territoriais brasileiras. Comprovou-se, com a análise descritiva, que as regiões Norte e Nordeste, as maiores em termos territoriais, são as que continuam apresentando os piores resultados em termos socioeconômicos. Fica evidente, assim, a necessidade de se “pensar territorialmente” levando em conta as particularidades dessas regiões a fim de buscar um desenvolvimento econômico para o Brasil.

Palavras-chave: Desenvolvimento endógeno. Dinâmicas territoriais. Regiões brasileiras.

RESUMEN

La teoría del desarrollo endógeno presupone el papel de los actores locales, interactuando en lazos de cooperación territorial. En otras palabras, la idea que cobra fuerza en el ámbito académico y político es que las diversidades y peculiaridades de la localidad deben ser ampliamente consideradas y discutidas en el proceso de implementación de las políticas, y que los actores sociales locales juegan un papel fundamental en la elaboración de las mismas de acciones efectivas, ya que estos son los más conocedores de sus problemas y realidad territorial. Esta percepción contrasta fuertemente con el pensamiento lineal basado en la centralización de las decisiones políticas, que trata las distintas realidades territoriales con dinámicas

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



homogêneas. Frente a esa dualidad de percepciones, el objetivo del presente trabajo es mostrar que las regiones brasileñas, de hecho, presentan rasgos socioeconómicos distintos que, con mucho, se alejan de un territorio homogéneo y único. Esto presupone, por lo tanto, la combinación de políticas públicas más generales con acciones más específicas y localizadas, para contemplar las diferentes dinámicas y realidades territoriales brasileñas. Se comprobó, con el análisis descriptivo, que las regiones Norte y Nordeste, las más grandes en términos territoriales, son las que continúan presentando peores resultados en términos socioeconómicos. Es evidente, por tanto, la necesidad de “pensar territorialmente” teniendo en cuenta las particularidades de estas regiones para buscar el desarrollo económico de Brasil.

Palabras clave: Desarrollo endógeno. Dinámicas territoriales. Regiones brasileñas.

ABSTRACT

The theory of endogenous development presupposes the role of local actors, interacting in territorial cooperation ties. In other words, the idea that gains momentum in the academic and political spheres is that the diversities and peculiarities of the locality must be widely considered and discussed in the process of implementing policies, and that local social actors play a fundamental role in the elaboration of actions. effective, since these are the most knowledgeable about their problems and territorial reality. This perception strongly contrasts with linear thinking based on the centralization of political decisions, which treats the different territorial realities with homogeneous dynamics. Faced with this duality of perceptions, the objective of the present work is to show that Brazilian regions, in fact, present distinct socioeconomic traits that, by far, distance themselves from a homogeneous and unique territory. This presupposes, therefore, the combination of more general public policies with more specific and localized actions, in order to contemplate the different dynamics and Brazilian territorial realities. It was proved, with the descriptive analysis, that the North and Northeast regions, the largest in territorial terms, are the ones that continue to present the worst results in socioeconomic terms. It is evident, therefore, the need to “think territorially” taking into account the particularities of these regions in order to seek economic development for Brazil.

Keywords: Endogenous development. Territorial dynamics. Brazilian regions.

INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo capitalista constituiu um novo modelo de desenvolvimento econômico, mais conhecido por fordismo, que se caracterizou como um sistema de produção monopolista industrial estandardizado, apoiado no consumo de massa e numa divisão do trabalho taylorista. Esse sistema de produção teve apoio do Estado por meio da legislação social, das convenções coletivas, e das regulações sobre a redistribuição dos ganhos de modo a garantir o crescimento da demanda efetiva. O ápice do fordismo ocorreu entre os anos de 1950 e 1960. A partir dos anos 1970 o modo de desenvolvimento fordista entrou em crise. O sistema de produção em massa se encontrava abalado, tanto pelo esgotamento relativo das técnicas taylorianas, como pela crise inflacionária global (BENKO, 2002).

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



Para Benko (2002), houve inicialmente uma saturação dos mercados nacionais para os bens de consumo fabricados em série, ocasionando uma queda no ritmo de acumulação. Para recompor seus lucros, as empresas foram para o mercado internacional, intensificando suas trocas com outros países. No entanto, no âmbito global, não haviam mecanismos capazes de regular a oferta e a demanda. Isso resultou numa crise de múltiplas dimensões agravada pelos choques do petróleo em 1973 e em 1979. Tudo isso revelou que a cadeia de produção fordista se fragilizava devido sua rigidez e incapacidade de se adequar aos cenários adversos da economia mundial. Neste contexto, a estratégia de saída da crise do fordismo foi a adoção da produção flexível, com o objetivo de restaurar as condições de valorização do capital.

Neste período, consolidaram-se três tipos novos de espaços econômicos flexíveis, “as indústrias de alta tecnologia (os novos complexos de produção), a economia de serviços (essencialmente nos espaços metropolitanos) e as atividades artesanais e das [Pequenas e Médias Empresas]” (BENKO, 2002, p. 24).

Essa dialética entre o local e o global, expõe a presença de especificidades regionais e reforça a ideia de que os territórios são heterogêneos, explicando assim, porque algumas periferias se industrializaram e outras não, e porque alguns centros se desarticularam. O fato é que tais elementos reacenderam a teoria do desenvolvimento endógeno e, juntamente com ela, todas as questões relativas às pequenas empresas. Em outras palavras, a ideia que ganha impulso nas esferas acadêmica e política é a de que as diversidades e peculiaridades da localidade devem ser amplamente consideradas e discutidas no processo de implementação de políticas, e que os atores sociais locais desempenham papel fundamental na elaboração de ações efetivas, já que esses são os maiores conhecedores de suas problemáticas e realidade territorial. Essa percepção contrasta fortemente com o pensamento linear fundamentado na centralização das decisões políticas, o qual trata as diversas realidades territoriais com dinâmicas homogêneas.

Diante dessa dualidade de percepções, o objetivo do presente trabalho é mostrar que as regiões brasileiras, de fato, apresentam traços socioeconômicos distintos que, em muito, se distanciam de um território homogêneo e único. Isso pressupõe, portanto, a combinação de políticas públicas mais gerais com ações mais específicas e localizadas, a fim de contemplar as diversas dinâmicas e realidades territoriais brasileiras.

O presente trabalho, de natureza essencialmente descritiva, utilizou-se de informações secundárias disponibilizadas pelo principal órgão de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o Censo Demográfico e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Para isso, a pesquisa encontra-se estruturada em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção resgata-se alguns conceitos como o de desenvolvimento econômico e desenvolvimento endógeno para melhor compreensão das especificidades do caso brasileiro. Logo depois (terceira seção) são apresentados os aspectos metodológicos, na quarta seção apresenta-se os resultados e discussões. E por fim apresenta-se as considerações finais.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



APOIO:



por parte das empresas (subcontratações, alianças e fusões) e dos países (abertura comercial e aumento do volume do capital em circulação mundial), as regiões vem mostrando um movimento de “endogeneização”, tanto das decisões relacionadas ao seu destino quanto do uso dos meios e dos recursos utilizados no processo econômico (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001; REZENDE; FERNANDES; SILVA, 2007).

Assim, o desenvolvimento endógeno surgiu como resposta das comunidades aos desafios colocados pelo fechamento de empresas, pela desindustrialização e pelo aumento do desemprego. A teoria do desenvolvimento endógeno pressupõe o protagonismo dos atores locais, interagindo em laços de cooperação territorial que constituem o capital social de uma região, esse tipo de capital permite aos membros de uma comunidade confiar uns nos outros e cooperar na formação de novos grupos ou em realizar ações em comum (SOUZA FILHO, 2002; VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

O desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão social do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Dessa forma, o desenvolvimento endógeno consiste em um enfoque territorial do desenvolvimento e do funcionamento do sistema produtivo (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Vázquez Barquero (2001) propõem, ainda, que o desenvolvimento de uma economia é sempre promovido por atores de uma sociedade que tem uma cultura, formas e mecanismos próprios de organização. Cada sociedade promove o surgimento de formas específicas de organizações e de instituições que lhe são próprias e que haverão de favorecer ou dificultar a atividade econômica, pelo fato de os agentes econômicos tomarem suas decisões nesse entorno organizacional e institucional e por nem sempre seguirem as prescrições teóricas dos modelos econômicos.

Neste sentido, a teoria do desenvolvimento endógeno identificou que os fatores de produção, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, podem ser determinados dentro da região. Por conseguinte, logo se entende que regiões as quais estes fatores se fazem presente ou são estrategicamente direcionadas para desenvolvê-los internamente teriam as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado (SOUZA FILHO, 2002).

Na base desse desenvolvimento estaria a identificação ou criação de uma cultura cooperativa na comunidade. E seria da existência dessa cultura que se centra na crença de uma perspectiva de desenvolvimento alicerçada em capacidades e recursos existentes em nível local, no aproveitamento de recursos humanos, na mobilização de atitudes e valores, que se viabilizaria uma trajetória de desenvolvimento virtuosa (ORTEGA, 2008). Assim, o grau de desenvolvimento é determinado pelo capital social, entendido como uma conjunção de forças sociais capazes de estabelecer normas e redes sociais voltadas para o desenvolvimento de ações coletivas benéficas à comunidade (MOYANO-ESTRADA, 1999).

No entanto, no Brasil, não muito raro, uma característica marcante é a centralização das decisões governamentais, tratando os mais diversos espaços territoriais de forma homogênea,

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



sem, portanto, levar em consideração as particularidades locais¹. Isso tem contribuído para o alargamento e intensificação das desigualdades locais, regionais, setoriais, sociais e econômicas, exigindo mudanças substanciais na forma de se enfrentar as assimetrias que persistem nas diversas regiões brasileiras (BRASIL, 2008). Tal percepção é vislumbrada pelos próprios órgãos públicos, a exemplo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o qual afirmou, em 2005, que:

As políticas públicas implementadas nas últimas décadas pelo Governo Federal trataram sempre o país como um todo homogêneo. A realização de investimentos e serviços mostrou que políticas nacionais muito centralizadas na gestão e pulverizadas na implementação apresentam dificuldades em atingir os objetivos esperados do desenvolvimento de forma sustentável, por serem pouco sensíveis às particularidades locais e ao enfoque sistêmico, acabando por sujeitar a matriz social e produtiva exclusivamente aos interesses nacionais (BRASIL, 2005a, p. 01).

As políticas públicas ao serem empreendidas a partir de uma perspectiva homogênea contribuem para que as regiões ou localidades mais desenvolvidas se beneficiem mais das ações governamentais, o que tende a potencializar as disparidades inter-regionais. Ortega (2008, p. 16) denomina como “territórios economicamente deprimidos os espaços territoriais cujos indicadores sociais (educação, renda, saúde e mortalidades infantil, etc.) ficam aquém da média nacional [...]”. O autor é enfático ao afirmar que:

Como consequência da distribuição assimétrica dos recursos, os benefícios que poderiam ocorrer com a descentralização são captados, especialmente, em regiões e localidades mais desenvolvidas, que dispõem de meios e capacitações para desempenhar as funções que foram sendo atribuídas a elas, [...], o que acaba mantendo ou ampliando as disparidades inter-regionais (ORTEGA, 2008, p. 16).

Para que o desenvolvimento endógeno ocorra é necessário que ocorram mudanças econômicas, sociais e estruturais na base territorial, ou seja, que sejam lideradas pela comunidade local através de seu potencial de crescimento, o que poderá contribuir para a melhoria do nível de vida da população. Assim, segundo Ortega (2008, p. 20), torna-se essencial a conjugação de “ações de cima para baixo (*top-down*) com as de baixo para cima (*bottom-up*) para o sucesso do desenvolvimento territorial” e endógeno. Isso porque, o desenvolvimento territorial visa valorizar o local com estratégias endógenas, de dentro para fora, de tal modo que o capital social, capital humano, conhecimento, pesquisa e desenvolvimento de cada território individualmente seja considerado no processo de implementação de políticas públicas.

Para tanto, a implementação de ações sinérgicas com a realidade local requer, antes de tudo, um diagnóstico dos principais problemas, cujo intuito, qual seja, o conhecimento das reais necessidades do território (ORTEGA, 2008). Assim, procuramos destacar, na próxima seção, alguns aspectos socioeconômicos das grandes regiões brasileiras que carecem de um olhar atento por parte das políticas públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As dimensões continentais do Brasil fazem com que o país apresente singularidades importantes, de tal modo que as diferenças regionais são facilmente perceptíveis ao se analisar alguns indicadores. Em termos populacionais, em 2017, por exemplo, conforme dados das



III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

PROMOTORES:



APOIO:



estimativas populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) — a qual foi utilizada para se ter um resultado mais atualizado, visto que o último Censo Demográfico foi em 2010 —, o Brasil possuía cerca de 207,5 milhões de pessoas, sendo as regiões Sudeste (41,9%) e Nordeste (27,6%) as mais populosas, enquanto Centro-Oeste e Norte detinham o menor quantitativo populacional (Tabela 1).

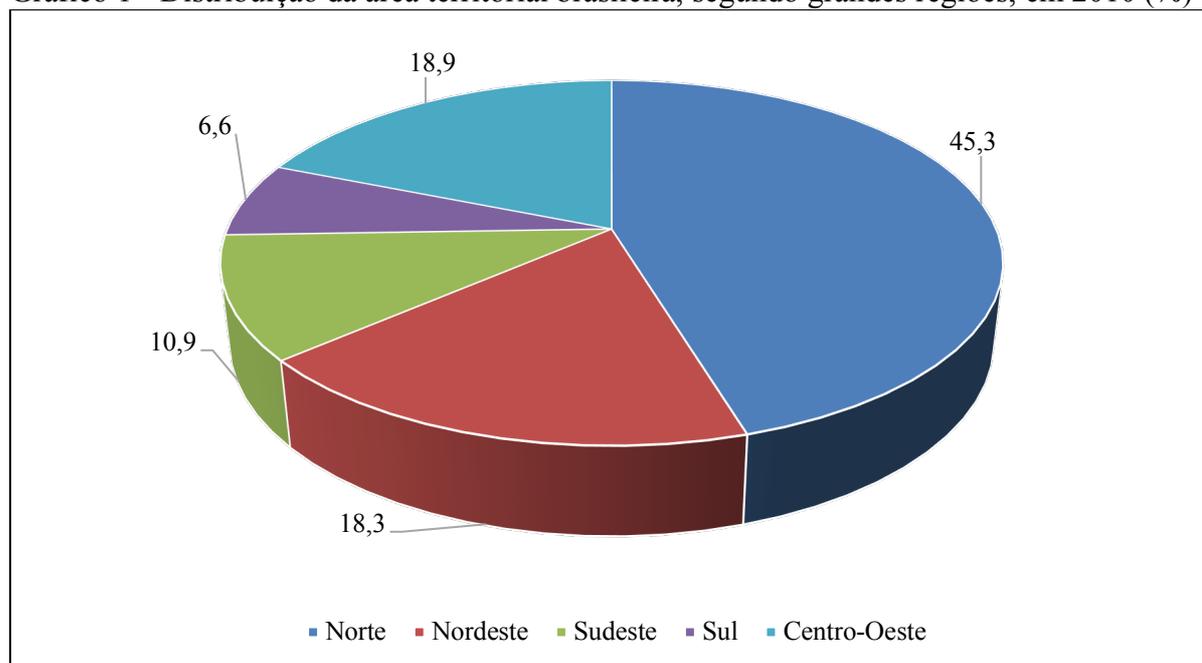
Tabela 1 - Distribuição da população brasileira, segundo grandes regiões, em 2017

Área Geográfica	População total	% do total
Brasil	207.660.929	100,0
Norte	17.936.201	8,6
Nordeste	57.254.159	27,6
Sudeste	86.949.714	41,9
Sul	29.644.948	14,3
Centro-Oeste	15.875.907	7,6

Fonte: IBGE/Pnad Contínua (2017).

Outra diferença significativa refere-se à extensão territorial das regiões brasileiras. Conforme dados do Censo Demográfico de 2010, a região Norte perfaz, praticamente, metade do território nacional, com 45,3% da área total, e o Sul representa a menor extensão territorial. O caso particular do Norte, *per si*, mostra os desafios para as esferas governamentais em implementar políticas públicas, dada a complexidade para se englobar dinâmicas tão distintas que possivelmente existem nesse amplo espaço territorial (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Distribuição da área territorial brasileira, segundo grandes regiões, em 2010 (%)



Fonte: Censo Demográfico/IBGE (2010).

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:

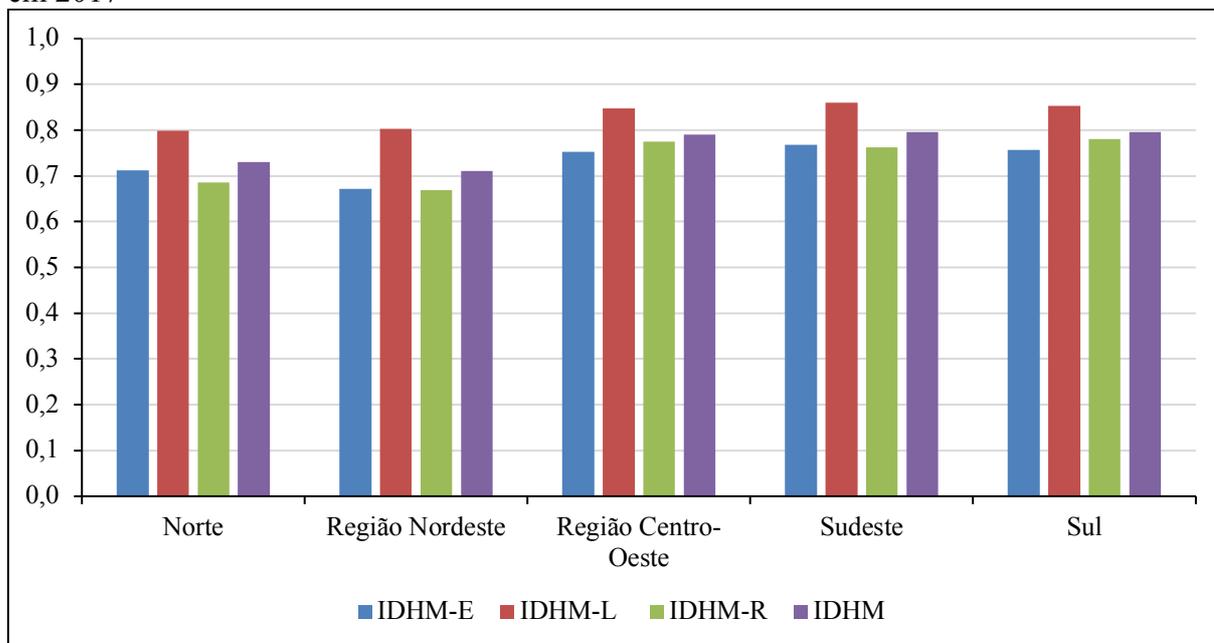


APOIO:



As regiões brasileiras também guardam diferenças substanciais quanto a outros indicadores/dimensões. No que tange ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)ⁱⁱ, nota-se pelo Gráfico 2 que nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul o índice é de 0,8, considerado muito alto de acordo com os parâmetros do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), enquanto Norte e Nordeste o mesmo indicador é 0,7 (alto). Quando se analisa as três dimensões que compõem o índice (educação, longevidade e renda), as diferenças ficam ainda mais evidentes, sobretudo em relação ao rendimento e educação, de tal modo que o Nordeste apresenta o menor índice nesses dois indicadores.

Gráfico 2 - Média do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal das regiões brasileiras, em 2017



Fonte: Brasil (2017).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNAD), de 2017, mostram que o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas era, em média, de R\$ 2.178 para o Brasil. A análise segundo as grandes regiões brasileiras evidencia um padrão desigual, de tal maneira que em um extremo encontram-se o Nordeste e Norte com os menores rendimentos médios, R\$ 1.509 e R\$ 1.630, respectivamente, e, no outro extremo, as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul que apresentaram o maior rendimento médio mensal, inclusive superior à média nacional (Tabela 2).

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUESTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



Tabela 2 - Rendimento real médio mensal de todos os trabalhos (em reais) da população ocupada e composição dos rendimentos, a preços médios do ano, por tipo de rendimento, em 2017

Área Geográfica	Rendimento médio (em R\$)	% da renda dos rendimentos do trabalho	% da renda das aposentadorias e pensões	% da renda de outras fontes
Brasil	2.178	74,8	18,3	6,9
Norte	1.630	78,0	14,1	7,9
Nordeste	1.509	68,7	22,4	8,9
Sudeste	2.425	76,0	17,6	6,4
Sul	2.397	74,5	19,2	6,3
Centro-Oeste	2.512	78,6	14,8	6,6

Fonte: IBGE/Pnad Contínua (2017).

Em todas as regiões brasileiras o trabalho ainda é a principal fonte de rendimento para a população, de tal modo que sua participação na composição da renda é superior à das outras fontes (aposentadorias/pensões, aluguel e arrendamento, pensão alimentícia, doação, etc.). Porém, na região Nordeste (além de ter a menor participação do rendimento do trabalho em comparação com as demais regiões) ganha importância, também, as aposentadorias e pensões, as quais seriam responsáveis por cerca de 22% dos rendimentos, ao passo que nas demais essa participação varia entre 14,1% e 19,2%.

A renda domiciliar *per capita* também apresenta dinâmica distinta entre as regiões brasileiras. Conforme dados da Tabela 3, a média nacional do rendimento médio *per capita* (rendimento real médio por pessoa), em 2017, foi de R\$ 1.271. A região Sul apresentou o maior rendimento (R\$ 1.621), sendo praticamente duas vezes superior ao valor recebido nas regiões Nordeste (R\$ 834) e Norte (R\$ 857).

Tabela 3 - Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, segundo as grandes regiões brasileiras em 2017 (em R\$)

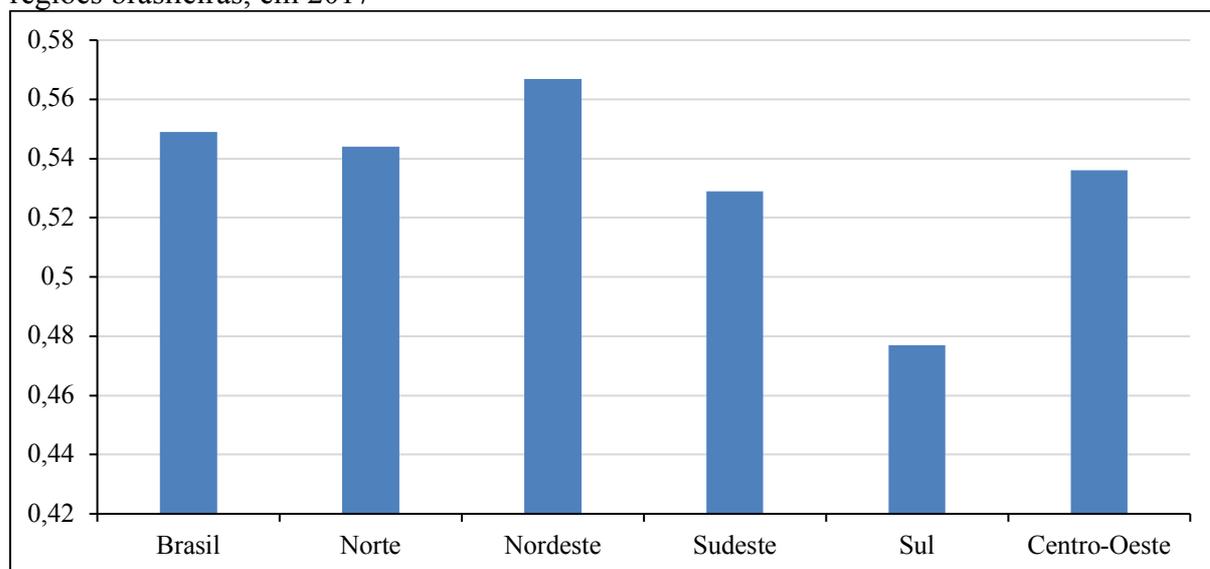
Área Geográfica	Renda <i>per capita</i> (em R\$)
Brasil	1.271
Norte	857
Nordeste	834
Sudeste	1.583
Sul	1.621
Centro-Oeste	1.553

Fonte: IBGE/Pnad Contínua (2017).

Para se analisar a concentração da renda, o IBGE divulga o índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* para o Brasil e grandes regiões. Essa é uma medida de

concentração da distribuição, e seu valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima). De posse dessas informações, nota-se que o índice para o Brasil foi estimado em 0,549. O Nordeste apresentou a maior concentração do rendimento *per capita* (0,567) frente ao menor índice da região Sul (0,477).

Gráfico 3 - Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, segundo regiões brasileiras, em 2017



Fonte: IBGE/Pnad Contínua (2017).

Os dados do Atlas Brasil para o ano de 2017 demonstram que os 10% mais ricos do país ganhavam 17 vezes a mais que os 40% mais pobres. Nas regiões Norte e Sul os 10% mais ricos ganhavam, respectivamente, cerca de 20 e 10 vezes mais que os 40% mais pobres. Já os 20% mais ricos ganhavam, nessas duas regiões, aproximadamente 14 e 7 vezes a mais que os 40% mais pobres (Tabela 4).

Tabela 4 - Média dos indicadores de desigualdade de renda das grandes regiões brasileiras, em 2017

Área Geográfica	Razão 10% mais ricos / 40% mais pobres	Razão 20% mais ricos / 40% mais pobres
Brasil	17,3	11,9
Norte	20,3	14,1
Nordeste	18,2	12,4
Sudeste	14,0	9,7
Sul	10,7	7,7
Centro-Oeste	14,2	10,1

Fonte: Brasil (2017).

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUESTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



As regiões Norte e Nordeste, de forma similar ao que foi analisado anteriormente, – essas regiões apresentaram deficiência em praticamente todos os indicadores investigados no presente trabalho — concentram a maiores taxas de extremamente pobres e, principalmente, de vulneráveis. Note-se que, enquanto o percentual de vulneráveis nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste é menos de 20%, no Norte e Nordeste é acima de 40%, conforme dados do Atlas Brasil para o ano de 2017. Isso mostra uma situação de fragilidade socioeconômica, a qual determinados grupos vivem um processo de exclusão e de comprometimento do bem-estar social.

Tabela 5 - Distribuição da população extremamente pobre, pobres e com tendência a pobreza nas grandes regiões, em 2017

Área Geográfica	% de extremamente pobres	% de pobres	% de vulneráveis à pobreza
Brasil	6,0	11,7	25,0
Norte	14,1	27,1	46,5
Nordeste	11,6	22,4	42,6
Sudeste	3,7	7,0	17,8
Sul	2,3	4,2	11,2
Centro-Oeste	2,8	5,9	15,6

Fonte: Brasil (2017).

A inadequabilidade das condições domiciliares nas regiões Norte e Nordeste é uma problemática bastante presente, sobretudo em relação ao esgotamento sanitário e coleta de lixo, conforme pode ser observado na Tabela 6. Para fins de ilustração, no Norte apenas 20,7% dos domicílios possuem esgotamento sanitário por meio de rede geral, enquanto nas demais esses serviços encontram-se mais bem distribuídos. Esses serviços são essenciais para a prevenção de doenças, o que requer das esferas públicas a implementação de ações efetivas que propiciem o acesso universal ou equânime, sob pena de comprometimento dos indicadores de desenvolvimento, principalmente os relacionados à saúde.

Tabela 6 - Distribuição dos domicílios segundo condições habitacionais selecionadas, estados das regiões Nordeste e Centro-Oeste, em 2017

Área Geográfica	Abastecimento de água (rede geral)	Lixo coletado diretamente por serviço de limpeza	Esgotamento sanitário (rede geral, rede pluvial ou fossa séptica)	Energia elétrica (rede geral)
Brasil	85,7	82,9	66,6	99,5
Norte	59,2	69,8	20,7	96,4
Nordeste	80,2	69,6	46,0	99,4
Sudeste	92,5	91,7	89,0	100
Sul	88,1	86,1	66,0	99,9
Centro-Oeste	86,7	85,1	52,6	99,6

Fonte: IBGE/Pnad Contínua (2017).



III SLAEDR
 SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL
VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

PROMOTORES:



DESENVOLVIMENTO REGIONAL UNIJUI 20 ANOS

APOIO:



Outro indicador que reforça as diferenças entre as regiões brasileiras é a taxa de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade e o número médio de anos de estudo. Na região Nordeste, o analfabetismo entre esse conjunto populacional é de 14,5%, ou seja, quatro vezes maior do que nas regiões Sul e Sudeste, e o número médio de anos de estudo é de aproximadamente 8 anos (Tabela 7).

Tabela 7 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade e média de anos de estudo dos estados das regiões Nordeste e Centro-Oeste, em 2017

Área Geográfica	Taxa de analfabetismo – 15 anos ou mais	Média de anos de estudo
Brasil	6,9	9,4
Norte	8,0	8,9
Nordeste	14,5	8,2
Sudeste	3,5	10,1
Sul	3,5	9,6
Centro-Oeste	5,2	9,7

Fonte: IBGE/Pnad Contínua (2017).

O acesso ao ensino de qualidade é um direito constitucional fundamental, cabendo ao Estado o dever de ofertá-los. Para além da oferta, torna-se necessário políticas educacionais que contribuam para a permanência e êxito no processo educacional. Ressalta-se que os investimentos em educação se constituem como uma ferramenta essencial para a redução das desigualdades econômicas e sociais, ao mesmo tempo que torna a população mais consciente de seu papel na sociedade.

A partir da síntese de indicadores apresentados foi possível perceber que as regiões brasileiras apresentam características peculiares em relação aos mais diversos aspectos socioeconômicos. Diante disso, muito embora se reconheça a dificuldade de se implementar políticas heterogêneas que contemplem as mais diversas demandas territoriais, torna-se imperativo romper com a lógica determinística, linear e homogênea que tanto tem orientado as políticas de desenvolvimento, ao longo do tempo, na história brasileira.

Antes de tudo, é necessário reconhecer as diferenças regionais como uma premissa fundamental para a elaboração de ações efetivas, de modo que as particularidades locais sejam consideradas nesse processo. Ademais, a participação dos atores locais/regionais na discussão, elaboração e implementação de políticas públicas é, nesse contexto diverso e multifacetado, essencial, já que são esses os maiores conhecedores de suas necessidades.

CONCLUSÃO

Nesse sentido, reconhecer que as diversas regiões ou espaços apresentam características que os diferenciam, e que os atores locais são dotados de racionalidade e identidade própria, portanto,



III SLAEDR
SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL
VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

 **DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022**

PROMOTORES:



APOIO:



devem participar ativamente dos processos que lhes envolvem, são aspectos importantes para se propor projetos de desenvolvimento territorial efetivos.

Portanto, é o elevado grau de capital social que explica o porquê de as mesmas políticas públicas dirigidas a territórios semelhantes apresentarem resultados distintos. E dessa forma, os resultados das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dependerem, em grande parte, das comunidades em que elas estão sendo implementadas.

Destarte, a construção de estruturas sociais e políticas depende da participação de atores sociais, do mercado, Estado e Instituições, e não somente de apenas um ou de outro como ocorre recorrentemente. Torna-se imperativo romper com formas tradicionais de controle, abrindo-se espaço para a atuação dos diversos níveis institucionais, com a utilização dos mais variados mecanismos/instrumentos de negociação dos conflitos que envolvem as diversas realidades locais.

Dessa forma, buscou-se mostrar que as regiões brasileiras, de fato, apresentam traços socioeconômicos distintos que, em muito, se distanciam de um território homogêneo e único. E assim, o desenvolvimento endógeno se mostra como alternativa para uma melhora da dinâmica produtiva das regiões.

Com efeito, a realidade brasileira multifacetada e com dinâmicas regionais diferenciadas, conforme demonstrou-se através de alguns indicadores socioeconômicos selecionados, depende, fundamentalmente, de políticas que sejam pensadas e elaboradas a partir da realidade local, de modo que sejam eficazes na atenuação/resolução dos problemas e desafios que envolvem a população.

Comprovou-se, com a análise descritiva, que as regiões Norte e Nordeste, as maiores em termos territoriais, são as que continuam apresentando os piores resultados em termos socioeconômicos. Fica evidente, assim, a necessidade de se “pensar territorialmente” levando em conta as particularidades dessas regiões a fim de buscar um desenvolvimento econômico para o Brasil.

No que se refere às pesquisas futuras nessa temática de investigação, sugere-se uma análise das políticas públicas recentes e seu impacto regional, se nos últimos anos foram pensadas políticas públicas regionais que levaram em conta as especificidades de cada região brasileira ou se mantem políticas generalizadas que reforçam as desigualdades regionais.

REFERÊNCIAS

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização**: na aurora do século XXI. 3a Ed. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002.

BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2017**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 7 fev. 2022.



III SLAEDR
SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL
VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

 **DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022**

PROMOTORES:



APOIO:



SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, F. P. M. Território, governança e desenvolvimento territorial: um estudo comparado entre Brasil e União Europeia. 2017. 268 f. **Tese** (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SINGER, P. I. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. Edições CEBRAP, São Paulo, 1970.

SOUZA FILHO, J. R. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. 2002. Disponível em: < <http://nutep.ea.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

ⁱ Algumas iniciativas territoriais foram desenvolvidas, em 2003, a exemplo da criação dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Social (CONSADs) e o Programa Territórios Rurais (BRASIL, 2005b, 2010; ORTEGA, 2008), mas que, de acordo com Silva (2017), obtiveram resultados pouco modestos. Logo depois, em 2008, o Governo Federal criou o Programa Territórios da Cidadania que, dentre tantas ações, previa: (1) organização sustentável da produção; (2) direitos e desenvolvimento social; (3) saúde, saneamento e acesso à água; (4) educação e cultura; (5) infraestrutura; (6) apoio à gestão territorial; e (7) ações fundiárias (BRASIL, 2009).

ⁱⁱ Foi calculado com base na média do IDHM dos estados que integram cada uma das regiões.